

Excessos críticos nos Estados Unidos e no Chile, o Brasil prejudicado pela insegurança

A vaga mundial de contestação de 2011 também atravessou o Novo Mundo. A ela se deve a queda na classificação dos Estados Unidos (47º) e do Chile (80º), que perdem respectivamente 27 e 47 posições, países onde os jornalistas foram vítimas da repressão sobre os movimentos de protesto, ou dos excessos desses últimos. Nos Estados Unidos, e em apenas dois meses, mais de 25 profissionais da imprensa foram detidos ou brutalizados pela polícia, sempre lesta em acusá-los de “conduta imprópria”, “perturbação da ordem pública” ou mesmo “ausência de creditação”! No Chile, onde a revolta estudantil também se opõe à concentração excessiva dos meios de comunicação, aos ataques físicos ou online e aos atentados contra as redações vieram juntar-se agressões contra os jornalistas. Uma boa parte destas últimas, acompanhadas por detenções brutais e destruição de material, ficaram devendo-se aos abusos dos carabineiros, raramente sancionados.

Ainda na América do Sul, 2011 ficará marcado pelo acentuado recuo de dois países: o Brasil (99º, -41 lugares) e o Paraguai (80º, -26), com a Argentina (47º) mantendo uma posição aceitável. A insegurança constitui o motivo dessa evolução. Tanto no norte e nordeste brasileiros como nas regiões de fronteira paraguaias a corrupção local, as atividades do crime organizado e as agressões ambientais se assumem como temas perigosos quer para os jornalistas quer para os blogueiros. Três deles perderam a vida no Brasil em 2011. Embora o gigante sul-americano manifeste esforços na luta contra a impunidade, a justiça continua sendo aplicada de forma desigual consoante as regiões e os Estados e sendo sujeita a fortes pressões políticas. Uma realidade que também se aplica ao Paraguai, com um saldo de um morto, país onde a profissão denuncia a falta de uma lei de acesso à informação pública, como a que acaba de ser aprovada no vizinho brasileiro.

O saldo de perdas humanas no Brasil é comparável ao do Peru (115º), onde outros três jornalistas foram assassinados. País conhecido pela profusão de agressões contra a imprensa, o Peru se distingue também pela multiplicação de ações judiciais por “difamação” ou “injúria”. Foi na sequência delas que o jornalista de televisão Paul Garay Ramírez passou seis meses na prisão, entre abril e outubro de 2011. Acoso judicial, difícil equilíbrio no pluralismo mediático, polarização e agressões reiteradas continuam caracterizando a atmosfera da mídia no Equador (104º) e na Bolívia (108º), cujas posições não sofrem alterações. Esta situação é ainda mais acentuada na Venezuela (117º, +16), que ainda assim recupera alguns lugares. Com uma morte diretamente relacionada com a profissão, a Colômbia (143º) permanece nas profundezas da classificação, devido à persistência das ameaças, exílios e interrupções de trabalho forçadas, em especial sobre jornalistas oriundos de zonas de conflito. Apesar dos progressos ao nível judicial, o país ainda não

virou a página da guerra nem das práticas obscuras – espionagem, sabotagens, campanhas de descrédito – do desaparecido Departamento Administrativo de Segurança (DAS).

Contrastes no centro

O assassinato de um diretor de uma rádio marcou o ano pela negativa no Panamá (113°, -32), cujo retrocesso também se deve à expulsão de dois jornalistas espanhóis próximos das populações indígenas, opostas à expansão territorial da indústria mineira. Um ambiente execrável, acompanhada também aqui de campanhas de difamação pessoal, se instalou entre o governo de Ricardo Martinelli e uma boa parte da imprensa. Mal classificada por culpa de sua insegurança, de uma auto-censura tenaz e de um pluralismo insuficiente, a Guatemala (97°, -20) viu este ano um jornalista ficar detido sem provas. Ao mesmo nível, a República Dominicana (95°) se vestiu de luto por um de seus jornalistas, assassinado pouco tempo depois de uma breve detenção por “difamação”. Por outro lado, as denúncias de abusos policiais são frequentes. No vizinho Haiti (52°), em lenta recuperação após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, as tensões políticas que precederam a tomada de posse de Michel Martelly, a 14 de maio, felizmente não acarretaram consequências de maior monta para a segurança dos jornalistas.

No mesmo sentido, na Nicarágua (72°, +11) a polarização sentida em vésperas da reeleição do presidente Daniel Ortega, em novembro, acabou por não afetar sobremaneira o trabalho dos jornalistas nem sua liberdade de movimentos. Apesar de alguns casos de ameaças graves, o país ganha alguns lugares, à semelhança de El Salvador (37°, +14), que tira partido de um baixo nível de agressões. A Costa Rica (19°) conquista esse ano a primeira posição dos países latino-americanos, disputada habitualmente com o Uruguai (32°). O contraste é pois extremamente vincado na América Central, onde as Honduras (135°) continuam estancadas no fundo da classificação desde o golpe de estado de junho de 2009. Os cinco jornalistas mortos em 2011, dos quais três por motivos profissionais, e as perseguições sistemáticas contra os meios de comunicação de oposição e as rádios comunitárias confirmam a sinistra reputação do país como o mais perigoso do continente para a imprensa, só atrás do México (149°, -13).

Este último prossegue sua queda, no contexto trágico da ofensiva federal contra o narcotráfico que provocou 50 000 mortos em cinco anos. Para além dos cinco jornalistas assassinados, o país assiste agora ao aumento de crimes e represálias contra os internautas que desafiam a violência reinante. Na cauda do continente, em Cuba (167°) ainda se aguarda a abertura em termos de liberdades públicas e de direitos humanos que se poderia esperar após a liberação do último jornalista dissidente preso, a 8 de março de 2011, no seguimento da liberação de seus colegas vítimas da “primavera negra”. A repressão e as detenções breves continuam ameaçando os jornalistas e os blogueiros que se subtraem ao controle do Estado.

Juntamente com o Canadá (10°, +11), que volta a liderar a classificação do continente, a Jamaica (16°) e sobretudo o Suriname (22°, +13) e os sete Estados associados do Caribe Oriental (25°,

+32) registam progressos, graças a uma ausência quase total de atos de violência ou de entraves graves à liberdade de informar. Uma surpresa pela negativa chega-nos de Trinidad e Tobago (50°, -20), marcada por um escândalo de espionagem de jornalistas, manobras de boicote contra a mídia audiovisual e uma proliferação de ações judiciais. A Guiana (58°), onde o Estado continua detendo o monopólio sobre a rádio, vive uma situação semelhante e mantém sua posição.